

# Luís Eduardo não aceita que Congresso trabalhe em julho

■ Deputado admite perda da 1ª semana do recesso, sem extras

SÔNIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), anunciou ontem que é contra a convocação extraordinária do Congresso Nacional durante o recesso parlamentar de julho. Ele aceita apenas "esticar os trabalhos dos deputados, somente durante a primeira semana de julho, mas sem convocação". "Sou contra o pagamento de extras aos parlamentares na convocação", disse.

Essa é a posição que Luís Eduardo defenderá hoje em reunião com o presidente do Senado e do Congresso Nacional, José Sarney (PMDB-AP), para decidir se os parlamentares vão ou não trabalhar durante o recesso. A convocação dos congressistas durante o próximo mês custaria ao Tesouro Nacional R\$ 9,5 milhões, com o pagamento de salário suplementar aos 513 deputados e 81 senadores.

Luís Eduardo e Sarney, que também é contra a convocação, buscam uma fórmula regimental que permita estender os trabalhos legislativos até o início de julho, para que o Senado vote quatro emendas constitucionais da Ordem Econômica: fim do monopólio do gás canalizado, da reserva de mercado na navegação de cabotagem, das diferenças entre empresas nacionais e estrangeiras e do monopólio das telecomunicações.

O encontro de Luís Eduardo e Sarney com o presidente Fernando Henrique Cardoso, para discutir o assunto, foi adiado para amanhã. Uma solução mista, no entanto, está sendo estudada. A votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) seria adiada para julho e os dois presidentes da Câmara e do Senado assinariam um ato de convocação, incluindo as emendas da reforma econômica na pauta do Senado. A Câmara permaneceria de plantão só para votar a LDO, e o Senado, para exame das reformas. Os parlamentares poderiam gozar férias durante o restante do mês.

**Calendário** — Sarney, que passou o fim de semana em Macapá, está avaliando a situação. O senador mantém sua posição de aguardar um pronunciamento de Fernando Henrique sobre a necessidade de se convocar o Congresso. Ocorre que, pelo calendário elaborado pelo líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES), as votações das reformas seriam iniciadas no dia 26 e concluídas em 13 de julho, o que significariam quase duas semanas de trabalho durante o recesso.

Para o líder do PPR no Senado, Esperidião Amim (SC), "existe um impasse formal" sobre a convocação. "Politicamente é incompreensível entrar em férias sem votar as reformas, mas o mecanismo que se-

rá utilizado para permitir isso está difícil de encontrar".

O Congresso só pode ser convocado extraordinariamente pelo presidente da República, pelos presidentes da Câmara e do Senado ou por dois terços de seus membros, em abaixo-assinado. Se o presidente baixar medida provisória durante o recesso, o Legislativo é obrigado a reabrir automaticamente em cinco dias. A prorrogação, sem convocação, só pode ocorrer especificamente para votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), revelou, no entanto, que mandou fazer um estudo, que fica pronto hoje, sobre as alternativas de convocação do Congresso no recesso. "Já existiu precedente em 1992, quando a LDO foi votada junto com outros projetos", explicou. "Qualquer outra fórmula implicará pagamento extra, justo agora em que a imagem do Congresso está em franca recuperação", advertiu Machado.

Outro precedente de convocação sem ônus para o Tesouro aconteceu em 23 de janeiro 1991. Um ato de convocação extraordinária do Congresso foi assinado pelos então presidentes da Câmara, Paes de Andrade (PMDB-CE), e Nelson Carneiro (PMDB-RJ), sem pagamento de salários.